

# **INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS LOCALIZADAS EM TERRAS TRADICIONAIS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**

**Regiane Quezia Gomes da Costa**

Faculdade de Educação - UnB  
Brasília, Distrito Federal, Brasil  
regianegomez@gmail.com

**Luciana Nazaré de Souza  
Franck**

Faculdade de Educação - UnB  
Brasília, Distrito Federal, Brasil  
luarfranck@yahoo.com.br.

**Ana Carolina Simões Lamounier  
Figueiredo dos Santos**

Universidade de Aveiro-UA  
Faculdade de Educação - UnB  
Brasília, Distrito Federal, Brasil  
anaslamounier@gmail.com

**Girlene Ribeiro de Jesus**

Faculdade de Educação - UnB  
Brasília, Distrito Federal, Brasil  
girlene@unb.br

**Remi Castioni**

Faculdade de Educação - UnB  
Brasília, Distrito Federal, Brasil  
remi@unb.br

## Resumo

O presente estudo visa analisar, a partir dos dados de infraestrutura das escolas indígenas e quilombolas, a execução de recursos do PDDE, de modo a compreender os resultados e as possíveis lacunas produzidas pela política pública. Para tanto, foram considerados os dados do censo escolar entre os anos de 2007 e 2024, analisados de forma quantitativa, por meio da Teoria de Resposta ao Item. Os resultados indicaram uma infraestrutura majoritariamente precária nas escolas indígenas e quilombolas e demonstrou uma baixa execução financeira do PDDE por parte dessas escolas. Além disso, o estudo indicou não haver correlação significativa entre os dados de execução financeira do PDDE e os níveis de infraestrutura das escolas indígenas e quilombolas. Nesse contexto, conclui-se que há certa homogeneidade nas escolas indígenas e quilombolas tanto em relação ao baixo nível de infraestrutura, quanto em relação ao saldo em conta dos recursos do PDDE.

Palavras-chave: Infraestrutura escolar; PDDE; Escolas indígenas; Escolas quilombolas.

## 1 Introdução

A igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade são princípios constitucionais ainda não alcançados e objetos de políticas públicas, desenvolvidas pela União, em conjunto com Estados, Municípios e escolas. Visam, gradativamente, estabelecer no país melhores condições no campo educacional. Com efeito, verifica-se que a configuração do Plano Nacional de Educação (PNE) torna-se um instrumento dos diferentes entes federativos.

A coordenação colaborativa do sistema educacional brasileiro disposta no PNE visa, de modo geral, materializar ações que conduzam à melhoria da qualidade do ensino. Mas como garantir educação de qualidade equitativa para todos? Especialmente para populações minoritárias, como as comunidades indígenas e quilombolas do país? Diversos são os fatores relacionados à qualidade da educação, por exemplo, Alves e Xavier (2018) evidenciaram uma associação linear entre os efeitos das escolas e os fatores de infraestrutura. Por sua vez, Valente (2011), por meio de pesquisa qualitativa, aponta para ganhos na qualidade da aprendizagem associados à melhoria nas condições físicas das escolas.

Soares Neto *et al.* (2013) também indicaram que existe grande inequidade entre as escolas brasileiras, evidenciando que as municipais, de pequeno porte e localizadas em zona rural, são as que possuem a pior infraestrutura no país, cabendo ressaltar que estas são exatamente as características das escolas indígenas e quilombolas.

Tendo em vista que as condições de infraestrutura interferem na qualidade da educação e no desempenho acadêmico dos estudantes (Reis & Jannuzzi, 2021; Brandão, 2022; Oliveira, 2017), torna-se relevante analisar a infraestrutura referente à Educação Escolar Indígena (EEI) e à Educação Escolar Quilombola (EEQ) à luz da ação governamental voltada para o incremento da qualidade da educação nessas localidades. Nesse sentido, talvez a maior política pública, cujos recursos chegam diretamente às escolas, com propósito de incrementar a qualidade, a infraestrutura e, conseqüentemente, promover a equidade das escolas, seja o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Nesse contexto, tomamos em consideração o contributo de Soares Neto *et al.* (2013), que estabelece indicadores de qualidade da infraestrutura educacional, construídos a partir dos dados do Censo Escolar, de modo a qualificar em níveis uma escala de infraestrutura escolar, colaborando para uma interpretação material do ambiente educacional das escolas brasileiras. A categorização da infraestrutura escolar é realizada com suporte teórico na Teoria de Resposta ao Item e propõe quatro níveis: elementar, básico, adequado e avançado.

Aliado a esta informação, entre as iniciativas federais voltadas à superação das fragilidades e desigualdades nas condições de funcionamento das escolas, destaque-se o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), política criada em 1995, financiada e gerida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que descentraliza recursos às escolas públicas do país para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos beneficiários.

Além da conta do PDDE Básico, regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021, o programa contempla as Ações Integradas, que consistem em repasses anuais vinculados à execução de políticas públicas geridas pelas seguintes secretarias do Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica (SEB) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Diferentemente do PDDE Básico, as Ações Integradas possuem finalidades específicas e seus recursos devem ser utilizados exclusivamente para esses fins.

Atualmente, os recursos estão sendo transferidos para três tipos de contas: a conta do PDDE Básico; e as outras duas Ações Integradas, a conta do PDDE Equidade; e a conta do PDDE Qualidade.

Frente ao exposto, o presente estudo visa analisar, a partir dos dados de infraestrutura da EEI e da EEQ, a execução de recursos do PDDE de modo a compreender os resultados e as possíveis lacunas produzidas pela política pública.

## 2 Metodologia

O estudo inicia-se na análise dos normativos que retratam as especificidades de infraestrutura das escolas dos povos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos, com o intuito de interpretar os dados relacionados à infraestrutura escolar e à execução de recursos do PDDE básico destinados a estas modalidades de ensino.

Sob a perspectiva de uma pesquisa quantitativa, os dados educacionais foram extraídos do Censo Escolar entre os anos de 2007 a 2024. O *software* BILOG-MG foi utilizado para obter as métricas de um modelo logístico de dois parâmetros da Teoria de Resposta ao Item, analisando dados de 32 variáveis do Questionário Escola do Censo, à luz dos pressupostos adotados para a elaboração da Escala de Infraestrutura Escolar. Na segunda etapa, em caráter confirmatório e para elencar as escolas na escala, foi elaborado um *script* em linguagem R, utilizando o pacote *mir*. Na etapa final, foi utilizado o Statistical Package for the Social Science - SPSS 28.0 para: calcular as estatísticas descritivas, enquadrar escolas nos níveis da escala de infraestrutura - permitindo a análise longitudinal dos percentis de escolas em cada nível por ano - e para determinar os coeficientes de correlação de Pearson entre os níveis de infraestrutura e os saldos em contas de recursos do PDDE básico.

## 3 Resultados

O Censo Escolar de 2024 apresentou um universo de 178.826 escolas declaradas “em atividade”. Dentre estas, há 3.550 unidades de ensino destinadas à EEI e 2.569 unidades de ensino destinadas à EEQ. Em relação a 2007, houve um aumento de 33,9% e 10,6% de unidades de ensino declaradas em cada uma das modalidades de ensino, respectivamente.

Quanto ao nível de infraestrutura escolar, segundo a metodologia proposta por Soares Neto *et al.* (2013), verifica-se a seguinte distribuição de EEQ e EEI por nível de infraestrutura (Tabela 1).

Tabela 1 - Escala de Infraestrutura Escolar da EEQ e da EEI (2007-2024, por triênio)

Educação Escolar Quilombola					Educação Escolar Indígena			
Elementar Básico Adequado Avançado					Elementar Básico Adequado Avançado			
Ano	0 – 50	50 – 60	60 – 70	> 70	0 – 50	50 – 60	60 – 70	> 70
2007	77.1	11	1.2	0	61.5	4.3	0.3	0
2010	76.5	14	2.3	0	68.8	6,3	.3	0
2013	80	13	1.8	0	76.3	5.8	.3	0
2016	78.5	15.5	1.9	0.1	82.6	4.9	.4	0
2019	81.3	14.7	1.6	0.1	89.4	4.2	.3	0
2020	81.5	14.9	1.7	0.1	90.2	4.2	.3	0
2023	80.6	16.2	3.1	0.2	94.0	5.5	0.5	0
2024	75.2	21.1	3.6	0.1	92.1	4.5	2.1	1.4

FONTE: autores com base nos dados abertos do INEP (2007-2025). Percentuais de dados faltantes foram suprimidos.

Considerando os itens que compõem a Escala de Infraestrutura Escolar (Soares Neto *et al.*, 2013) destaca-se que, para estar incluso no nível elementar, estão ausentes itens de saneamento como: rede de água, rede de energia, rede de esgoto. Tais aspectos, ao longo de toda a série histórica, permanecem sem alteração significativa acerca do percentual elevado de EEI e EEQ nessa situação elementar de infraestrutura. Por sua vez, para se chegar ao nível básico, é necessário que itens como refeitório, despensa, banheiro com chuveiro, computadores, dentre outros, componham a infraestrutura da escola. Todavia, na análise realizada (2007-2024) constata-se uma precariedade das escolas, uma vez que se observa uma distribuição bastante desigual dos itens alocados no nível básico em ambos os públicos (EEI e EEQ). Quanto aos níveis adequado e avançado, os percentuais de EEI e EEQ alocados são praticamente insignificantes. Quanto ao cruzamento das informações acerca da infraestrutura e os dados sobre execução dos recursos do PDDE, foram levantadas as informações do ano de 2024. Nesse período, o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) atingiu um total de R\$ 101 bilhões, ao passo que os recursos destinados ao PDDE Básico e ações integradas totalizaram R\$ 2,02 bilhões, representando cerca de 2% dos recursos alocados ao órgão. A Tabela 2 apresenta a execução do PDDE Básico 2024 por municípios que destinam orçamento para EEI e EEQ, respectivamente.

Tabela 2- Execução do PDDE Básico em 2024 por número de escolas

Faixa Percentual de execução	Abaixo de zero	De 0% até 20%	De 20% até 40%	De 40% até 60%	De 60% até 80%	Acima de 80%	
Escolas da EEQ		15%	12%	17%	17%	14%	25%
Escolas da EEI		25%	10%	14%	12%	12%	27%

FONTE: autores com base nos dados abertos do FNDE (2025).

O saldo disponível ainda não utilizado tem justificativas múltiplas: falta de recursos humanos para atender às demandas da gestão escolar, baixo valor

repassado pelo programa, rotatividade na gestão e insegurança dos profissionais em executar os recursos (Machado, 2024; Medeiros, Corrêa e Castioni, 2021). Todavia, ainda que pesem tais explicações, os dados revelam a existência de uma problemática sensível, uma vez que, em sua maioria, as escolas vinculadas a estes segmentos apresentam-se no nível elementar e básico.

Os coeficientes de correlação de Pearson entre os níveis de infraestrutura das escolas quilombolas e indígenas e os saldos em conta do PDDE foram desprezíveis - localizados no intervalo  $[-0,1; 0,1]$  e com coeficiente de significância  $p < 0,3$  em duas extremidades -, indicando que não há correlação entre elas.

## 4 Conclusão

O objetivo do presente estudo foi analisar, a partir dos dados de infraestrutura da EEI e da EEQ, a execução de recursos do PDDE, de modo a compreender os resultados e as possíveis lacunas produzidas pela política pública. Considerando que o diagnóstico estatístico subsidia as políticas educacionais sobre a evolução do sistema de ensino, especialmente em um sistema educacional descentralizado e com grandes desigualdades regionais (Diniz, 1999), o estudo demonstrou uma infraestrutura majoritariamente precária da EEI e da EEQ. Ademais, pôde-se verificar que a infraestrutura precária destas instituições não é resultado da inexistência de recursos, há valor suspenso que poderia iniciar um processo de reversão das disparidades materiais nas instituições. Neste sentido, torna-se necessário compreender as especificidades da EEI e da EEQ que inibem e dificultam a execução dos recursos do PDDE e, ao mesmo tempo, deve-se verificar quais necessidades materiais e imateriais não são alcançadas por meio de recursos descentralizados.

Evidencia-se, por fim, que o presente estudo poderá colaborar para o aprofundamento da temática da infraestrutura das escolas em localização diferenciada quanto à execução financeira dos recursos do PDDE, contribuir para compreender o desempenho da gestão dos recursos do PDDE nesse tipo de localidade, visando à melhoria da efetividade da Educação Básica, principalmente no aspecto da infraestrutura da EEI e da EEQ.

## 5 Referências

- ALVES, M. T. G.; XAVIER, F. P. *Indicadores multidimensionais para avaliação da infraestrutura escolar: o ensino fundamental*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 708–746, 2018. Disponível em: <https://l1nq.com/HholJ>. Acesso em: 23 abr. 2025
- BOTO, C. A. *Educação Escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos*. In: SCHILLING, F. (Org.). Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez; FE-USP, 2005.
- BRANDÃO, A. P. *Educação Indígena no Brasil: dificuldades enfrentadas na formação dos educadores e prejuízos causados*. Disponível em: <https://encr.pw/g5X8H>. Acesso em 20 jan.2025.
- DINIZ, E. M. V. *O censo escolar*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 80, n. 194, 1999.

MACHADO, Maria Goreti Farias. Os saldos nas contas do Programa Dinheiro Direto na Escola de entidades executoras estaduais. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 26, n. 00, p. e024046, 2024. DOI: 10.20396/etd. V 26i00.8673410. Acesso em: 27 abr. 2025.

MEDEIROS, Djailson Dantas de; CORRÊA, Maria Angélica Gonçalves; CASTIONI, Remi. *Desequilíbrios econômicos no financiamento da escola: estudo dos saldos das contas do Programa Dinheiro Direto na Escola*. Cadernos do FNDE, Brasília, v. 2, n. 3. Disponível em: <https://acesse.one/ass9W>. Acesso em: 2 mar. 2023.

NETO, J. J S.. JESUS, G. R. de, KARINO, C. A., & ANDRADE, D. F. de. *Uma escala para medir a infraestrutura escolar*. Estudos Em Avaliação Educacional, 2013. <https://doi.org/10.18222/eae245420131903>

OLIVEIRA, D. A. L. *Análise da consonância dos programas nacionais de educação com os déficits de infraestrutura das escolas públicas do Brasil: possibilidades e desafios à descentralização*. 2017. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

REIS, F.T.; JANNUZZI, P.de M. *O uso do Mapa de Processos e Resultados (MaPR) para construção de um Plano de Avaliação em políticas educacionais: o caso do programa dinheiro direto na escola (PDDE)*. Cadernos do Fnde: **Revolução e transformação na educação: novas tecnologias e inovações nos processos de trabalho**, Brasília, v. 2, p. 01-14, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://acesse.one/4b9b3>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SILVA, I. S da. *Política de infraestrutura escolar: conceito possível de um objeto em construção*. Tópicos Educacionais, 23(1), 202-217. 2017.

VALENTE, L. F. *Permanências e mudanças na organização do trabalho escolar nas Geraes: uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do PDE-Escola*. 2011. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.